Informativo CNI
Ano 6 • Número 3 • abril/maio de 2017

BREXIT: eleições no Reino Unido, Brexit bill e o início das negociações 2
Acordos comerciais e parcerias: atualização 4
Decisão da Corte esclarece ratificação de acordos de comércio na UE 4

INFORMATIVO DE BRUXELAS

CNI
Confederação Nacional da Indústria
CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

Eleições francesas: comércio e investimento em pauta

Bruxelas suspirou aliviada no último dia 7 de maio ao saber que a França seguirá nos próximos anos sob uma liderança pró-Europa. A eleição do candidato centrista Emmanuel Macron, com seu programa "progressista e liberal", fortalece a liderança pró-comércio e pró-globalização na União Europeia (UE). Diante da saída do Reino Unido, a França, juntamente com a Alemanha, deverá ganhar ainda maior peso no direcionamento econômico e político do bloco.

Macron apoia abertura comercial...

Eleitores na França se viram confrontados no segundo turno com duas opções quase que opostas de governo. Marine Le Pen, candidata do partido de extrema direita *Front Nacional*, contou com o apoio de trabalhadores em zonas industriais e agricultores - ambos setores da sociedade que se percebem em crise. Seu discurso centrou-se em promessas de cunho nacionalista, de proteção contra o que chamou de "globalização selvagem". Mais do centro do espectro político, Macron recebeu o apoio de grupos considerados no discurso político como "vencedores" da globalização: estratos mais internacionalizados na sociedade, compostos por mão-de-obra qualificada e dotados de habilidade para atuar em um mundo internacionalmente conectado.

A vitória de Macron agradou às divisões liberais em matéria de comércio. Em contraste com os demais candidatos, sobretudo Le Pen, o novo Presidente apoiou abertamente durante sua campanha o Acordo UE-Canadá, conhecido como CETA, alvo de inúmeras manifestações em partes da Europa no último ano, incluindo na França.

No que toca ao Acordo UE-Mercosul, a mudança na liderança francesa poderá ter um impacto positivo, visto que interesses ofensivos contarão com um interlocutor de peso. Nos últimos anos, possíveis riscos ao setor agrícola foram os principais determinantes no posicionamento francês vis-à-vis o Acordo, levando o país a apresentar fortes reticências. Levando-se em conta a base de apoio de Macron, é de se esperar que a nova administração se mostre menos receptiva aos argumentos protecionistas do setor agrícola, abrindo portas a uma inclinação mais favorável às negociações nos próximos meses.

...mas não sem devido arsenal de instrumentos de defesa

Macron deixou claro, no entanto, que sua instância liberal não é fruto de ingenuidade. Pelo contrário, o líder do movimento *En Marche!* criticou os instrumentos de defesa comercial europeus, os quais acusou de não proverem "ferramentas suficientes" para punir dumping social, ambiental e fiscal.

O apoio de Macron à reforma dos instrumentos de defesa comercial e da metodologia antidumping

continua

da UE não foi nenhuma surpresa. Setores nos quais há superprodução, como o aço, se encontram sob crescente pressão na França, sobretudo diante da concorrência chinesa. Estas condições são percebidas como agravantes do processo de desindustrialização em regiões específicas e consequente aumento do desemprego nestas localidades. Assim como em demais Estados-Membros, o fortalecimento de movimentos populistas na França está intimamente ligado a este processo.

Diante das fortes implicações políticas, as reformas dos instrumentos de defesa comercial da UE possuem amplo apoio a nível europeu – em especial após abertura de painel na Organização Mundial do Comércio (OMC) pela China contra a metodologia antidumping no bloco europeu. A discórdia entre os Estados-Membros da UE centra-se no "como" e não mais no "se". Neste âmbito, Macron deverá unir-se aos demais Estados-Membros que exigem o fim da *Lesser Duty Rule (LDR)*, regra que limita a aplicação de tarifas antidumping ao nível estritamente necessário à prevenção do dano à indústria. A LDR é o motivo pelo qual tarifas antidumping europeias sobre aço e alumínio variam entre 20% e 40%, ao passo que nos Estados Unidos estas chegam a 300%.

De fato, tomando-se em conta sua atuação enquanto Ministro da Economia, a expectativa é de que Macron se torne especialmente vocal sobre os desafios do setor do aço na UE. Seu envolvimento neste dossiê foi bastante pronunciado no último ano, e sua liderança em diferentes fóruns internacionais influenciou amplamente o posicionamento europeu.

Franceses exigirão reciprocidade em investimentos e contratos públicos

No que toca a investimentos e contratos públicos, "reciprocidade" foi a mensagem de Macron - especialmente destinado aos chineses. Estados-Membros por diversas vezes expressaram insatisfação com relação às condições enfrentadas por empresas europeias para investir na China, as quais seriam demasiado restritivas se comparadas às condições oferecidas às empresas chinesas na UE.

A exigência de tratamento recíproco, no entanto, deverá enfrentar resistências no Conselho de Ministros em Bruxelas. A UE atualmente negocia um acordo de investimentos com a China. Enquanto Itália e França pedem por um posicionamento resoluto, países como Suécia e Reino Unido condenam a exigência de reciprocidade como sendo "contraprodutiva", dado o risco de redução no influxo de capitais na UE.

O forte posicionamento de Macron nesta agenda chegou a causar inquietações em Bruxelas. O novo Presidente incluiu em seu programa uma proposta de *"Buy European Act"* para contratos públicos. A ideia de Macron é de reservar este mercado a empresas que possuam ao menos metade da sua produção na Europa. Já de início, porém, a proposta foi rechaçada pela Comissão Europeia. "Nunca iremos defender uma política de *'buy European only'* [...] fechar as portas para a concorrência externa é uma solução populista", afirmaram o Vice-Presidente da Comissão Jyrki Katainen e a Comissária para o Mercado Interno Elżbieta Bieńkowska em *op-ed* conjunto.

BREXIT: eleições no Reino Unido, Brexit bill e o início das negociações

Quase um ano após britânicos optarem por deixar a UE em referendo histórico, Bruxelas e Londres se preparam para dar início às negociações Brexit em 19 de junho. Confiantes de que a pressão do calendário trabalha a seu favor, representantes da UE recusaram qualquer possibilidade de diálogo com contrapartes britânicas até a oficialização do seu pedido de saída. Este ocorreu no último mês de março, dando abertura ao prazo de dois anos para o desligamento do país.

Manifesto de May preocupa setor privado; "hard Brexit" é promessa eleitoral

Na busca por maior endosso a seu mandato, Theresa May convocou eleições gerais no país para o dia 8 de junho. Em sua corrida eleitoral, May publicou seu Manifesto (ou proposta de governo) para os próximos cinco anos. Interpretado em parte como otimismo e em parte como ausência de estratégia, May não listou a saída do Reino Unido da UE dentre os cinco maiores desafios a

serem enfrentados pelo país. Pelo contrário, Brexit acabou sendo percebido como o "elefante na sala" do manifesto conservador - presente de forma implícita em todas as outras provisões, de redução do déficit público à independência escocesa, mas com seu nome evitado a maior parte do tempo.

O documento afirma, no entanto, de forma explícita e definitiva, o que já havia sido sinalizado anteriormente: para a Primeira-Ministra britânica, Brexit significa saída do Mercado Único e da União Aduaneira. Também sem se ater a sutilezas, May garante que implementará uma política de imigração capaz de "reduzir e controlar" o número de pessoas vindas da UE para o Reino Unido.

Tal combinação de diretrizes é motivo de grande ansiedade entre empresários em ambas as partes envolvidas. Pesquisa do *Chartered Institute of Procurement and Supply* com mais de 2 mil gerentes de cadeias produtivas revelou que cerca de metade das empresas europeias já estão buscando formas de substituir fornecedores britânicos devido à possibilidade de maiores tarifas de importação após o Brexit.

Bruxelas deixou claro que o acesso ao Mercado Único somente será concedido se Londres mantiver a livre circulação de pessoas entre a UE e o Reino Unido. As chamadas "quatro liberdades" – livre circulação de capital, bens, pessoas e serviços – não poderiam ser dissociadas. Em declaração durante conferência em Berlim, Angela Merkel afirmou que o Reino Unido "pagará um preço" se bloquear a livre circulação de trabalhadores. "Teríamos que pensar nos obstáculos que implementaríamos do lado europeu para compensar", afirmou a chanceler alemã.

Brexit bill agrava tensões no prelúdio às negociações

Em declarações recentes, May reiterou seu desconforto com a abordagem proposta por Bruxelas de dividir o processo em etapas. A UE insiste que a primeira parte das negociações deve focar nos termos de saída do Reino Unido do bloco. Dentre as principais questões pertinentes a esta fase estariam os direitos dos cidadãos europeus no Reino Unido, a fronteira com a Irlanda, e o acordo sobre o valor a ser pego pelo Reino Unido por sua saída, a chamada *Brexit bill*. Segundo Bruxelas, somente quando "suficiente progresso" for alcançado nestas questões terá início a negociação de um acordo de comércio. Theresa May, por sua vez, defende que as questões devem ser tratadas em paralelo.

O desencontro inicial de expectativas sugere um começo turbulento do diálogo. Negociadores já protagonizaram desentendimentos públicos mesmo antes de chegarem à mesa de negociação. Após o jornal *Financial Times* estimar a *Brexit bill* em 100 bilhões de euros, o negociador britânico David Davis afirmou que o Reino Unido não teria nada a pagar caso saísse do bloco sem um acordo de comércio. Michel Barnier, o negociador europeu, reagiu às declarações concluindo que mesmo as demandas iniciais de *Brexit bill* poderiam "afundar" as negociações.

A soma estimada para a *Brexit bill* é composta de diversos fatores. Seria cobrada, por exemplo, a parcela dos britânicos em investimentos europeus realizados nos últimos anos (e.g. em infraestrutura) e que ainda não foram pagos. Também entrariam compromissos firmados sobre projetos a serem executados em 2019 e 2020. Custos relativos à aposentadoria de funcionários britânicos nas instituições europeias também serão considerados, além de um passivo contingente para possíveis despesas com empréstimos e garantias da UE.

Ciente da demanda por transparência no processo, a UE publicou desde já posicionamentos para a *Brexit bill* e também para garantia dos direitos dos cidadãos. O posicionamento europeu sobre demais tópicos, como a fronteira irlandesa o papel da Corte Europeia de Justiça, são esperados em breve.

Acordos comerciais e parcerias: atualização

Mercosul

a Comissão Europeia publicou, em 10 de abril de 2017, as propostas de textos da última rodada de negociações de março sobre os seguintes temas: acesso a energia e matérias primas (serviços e bens), agricultura, comércio e desenvolvimento sustentável, transparência, e anexo de barreiras técnicas ao comércio no setor automotivo. A próxima rodada de negociações ocorrerá entre 3 e 7 de julho, em Bruxelas. A iniciativa da Comissão faz parte de um compromisso para políticas de comércio e investimentos mais transparentes.

Japão

A Comissária Europeia para o Comércio, Cecilia Malmström, afirmou estar "muito confiante" na finalização de um acordo político com o Japão ainda este ano. Na prática, isto significa a conclusão de 90% do acordo comercial, incluindo questões sensíveis como o acesso de produtos agrícolas europeus ao mercado japonês e de carros japoneses ao mercado europeu. A última rodada de negociação ocorreu em abril e desde então as partes têm permanecido em contato "quase constante". Líderes da UE e do Japão se encontrarão novamente na Cúpula do G20 julho na cidade de Hamburgo, na Alemanha.

México

A UE tornou publica no mês de maio suas propostas textuais de modernização do pilar comercial do Acordo UE-México. Em visita à cidade do México no início de maio, a Comissária Malmström reiterou o compromisso de ambas as partes em concluir negociações ainda este ano. A próxima rodada deverá ter lugar de 26 a 30 de junho, no México. Negociadores então passarão a se encontrar mensalmente na segunda metade do ano.

Chile

A Comissão Europeia enviou ao Conselho proposta de modernização do Acordo de Comércio com o Chile, em vigor desde fevereiro de 2003. Os Estados-Membros avaliarão a proposta e deverão publicar mandato no mês de setembro, autorizando a Comissão a iniciar negociações. A proposta foi acompanhada de um estudo de impacto. O documento indica que o Acordo não aborda temas "importantes" de comércio e investimento presentes em demais acordos, como aquele negociado com o Canadá, ou mesmo os acordos em negociação com o México e Japão.

Austrália e Nova Zelândia

A Comissária Malmström declarou que a Comissão está preparando propostas ao Conselho da UE para o início das negociações comerciais bilaterais com os dois países.

Decisão da Corte esclarece ratificação de acordos de comércio na UE

A Corte Europeia de Justiça publicou no último dia 16 de maio decisão ansiosamente aguardada em Bruxelas que responde à "pergunta de ouro" da política comercial do bloco: a UE pode ratificar seus acordos de comércio sem os governos nacionais? Em outras palavras, acordos de comércio necessitam da aprovação dos 38 parlamentos nacionais e regionais na UE?

Segundo decidiu a Corte, disposições relacionadas a investimentos estrangeiros de portfólio e sistemas de resolução de controvérsias investidor-Estado são competência dos Estados-Membros e necessitam seu aval. Os demais capítulos dos acordos seriam competência exclusiva da UE.

A opinião da Corte foi solicitada em 2014 no contexto da ratificação do Acordo UE-Cingapura, um dos primeiros acordos "de nova geração" concluídos pelo bloco. O pedido por esclarecimento se deu devido à incerteza quanto a interpretação do Tratado de Lisboa (a "Constituição" do bloco) no que toca ao processo de ratificação de acordos de comércio. Segundo declarou o Comissário de

Comércio à época, Karel De Gucht, a Corte poderia resolver "diferenças de opinião entre a Comissão e o Conselho". Em particular, a Comissão buscava determinação clara de quais partes do Acordo UE-Cingapura seriam de competência exclusiva da UE e quais permanecem no escopo dos Estados-Membros.

Próximos passos permanecem incertos

A opinião foi comemorada pela Comissão Europeia. Para a surpresa do órgão executivo, a decisão concedeu maior poder à Bruxelas do que inicialmente sinalizado em opinião da advogada-geral da Corte. A Corte declarou ser de competência exclusiva das instituições matérias até então disputadas, como desenvolvimento sustentável e serviços de transporte. Segundo Malmström, a competência europeia nessas questões fortalece a posição negociadora da Comissão nestes temas.

A decisão tem especial impacto nos acordos atualmente sendo negociados ou que pendam ratificação (e.g. acordos com Japão, México, Indonésia, Tunísia, e futuramente Reino Unido, Chile e Nova Zelândia). O Acordo UE-Mercosul, no entanto, por ser um Acordo de Associação, deve ser ratificado pela UE e governos nacionais.

Em Bruxelas, a decisão deu fôlego a antigo debate sobre a conciliação do envolvimento democrático na política comercial europeia, de um lado, e dos riscos que isto implica à ratificação de acordos, de outro. A multiplicação de atores com poder de veto mostrou-se recentemente problemática na UE. Em outubro do ano passado, na reta final para a assinatura do Acordo UE-Canadá (CETA), fortes pressões internas em alguns dos Estados-Membros levaram a Comissão Europeia a declarar o Acordo como sendo de competência mista, da UE e dos Estados-Membros. Neste contexto, o parlamento regional da Valônia, na Bélgica, ameaçou vetar o CETA, situação que somente foi resolvida com a assinatura de uma declaração interpretativa do Acordo.

O episódio, ainda fresco na memória de Bruxelas, serve como exemplo de caminho a ser evitado. Dentre as alternativas aventadas para preservar a capacidade do bloco de ratificar acordos com base na divisão de competências sugerida pela Corte está a separação de acordos em dois blocos, um deles contendo as disposições de competência exclusiva da UE, a ser ratificado em Bruxelas, e outro contendo disciplinas de competência mista, a ser ratificado por parlamentos nacionais e regionais na UE. "A parte sobre proteção de investimentos no Acordo UE-Cingapura deve ser mantida separada dos demais capítulos" defendeu o deputado britânico David Martin (S&D), relator do Acordo no Parlamento Europeu. "O futuro da nossa política comercial está em jogo".

AGENDA

15/05	**Bruxelas, Bélgica** • Formação do Conselho – Negócios Estrangeiros.
31/05-01/06	**Bruxelas, Bélgica** • Sessão Plenária do Parlamento Europeu. A agenda provisória já está disponível.
12-15/06	**Estrasburgo, França** • Sessão Plenária do Parlamento Europeu. A agenda provisória já está disponível.
19/06	**Luxemburgo** • Formação do Conselho – Negócios Estrangeiros.
03-06/07	**Estrasburgo, França** • Sessão Plenária do Parlamento Europeu. A agenda estará disponível em breve.
03-07/07	**Bruxelas, Bélgica** • XXVIII Sessão do Comitê de Negociações Birregionais Mercosul – União Europeia.
17/07	**Bruxelas, Bélgica** • Formação do Conselho – Negócios Estrangeiros.

INFORMATIVO DE BRUXELAS | Publicação bimestral da Confederação Nacional da Indústria - CNI | www.cni.org.br | Unidade de Negociações Internacionais - NEGINT | Gerente Executiva: Soraya Saavedra Rosar | Equipe: Carolina Matos, Eduardo Freitas Alvim, Fabrizio Panzini e Lucia Maduro | E-mail: negint@cni.org.br | Website: negint.cni.org.br | Núcleo de Editoração CNI | Design gráfico: Carla Gadelha | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte. Documento elaborado com dados disponíveis até junho de 2017.